



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Regente: Professora Doutora Maria Luísa Duarte

Colaboradores: Professora Doutora Ana Gouveia Martins; Mestre Ana
Soares Pinto; Mestre Cecília Anacoreta Correia

Ano letivo: 2014/2015

1º Semestre – Turno Diurno

2º Ano – Turma B

PROGRAMA

PARTE PRIMEIRA

A ORDEM JURÍDICA GLOBAL: FUNDAMENTOS

Capítulo 1

A IDENTIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. O Direito Internacional Público: relance introdutório
 - 1.1. Noção adotada
 - 1.2. Terminologia e intitulações
 - 1.3. Direito Internacional Público: um direito difícil de conhecer
 - 1.4. O Direito Internacional Público e os seus semelhantes
 - 1.5. Direito Internacional Público e Direito Interno: uma comparação virtuosa
 - 1.6. Direito Internacional Público ou Direitos Internacionais Públicos?

2. Formação e evolução histórica do Direito Internacional Público
 - 2.1. O longo período de gestação do Direito Internacional Público
 - 2.2. A Paz de Vestefália e o Período Clássico (1648-1815)
 - 2.3. O Período Moderno (1815-1945)
 - 2.4. O Período Contemporâneo (1945 aos nossos dias)

3. A questão existencial do Direito Internacional Público: existe porquê e para quê?
 - 3.1. Principais correntes doutrinárias
 - 3.2. Posição adotada
 - 3.3. As funções sociais do Direito Internacional Público

Capítulo 2

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

4. Elementos de uma teoria geral das fontes Internacionais
 - 4.1. Fontes, obrigações e atos jurídicos no Direito Internacional
 - 4.2. O artigo 38.º do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça e a tipificação de fontes
 - 4.3. Fontes tipificadas
 - 4.3.1. A convenção internacional
 - 4.3.2. O costume internacional
 - 4.3.3. Os princípios gerais de Direito
 - 4.3.4. A jurisprudência e a doutrina
 - 4.3.5. A função atípica da equidade (*ex aequo et bono*)
 - 4.4. Fontes não tipificadas
 - 4.4.1. Os atos unilaterais
 - 4.4.2. O chamado *soft law*
 - 4.5. Codificação e desenvolvimento progressivo do Direito Internacional

- 4.6. Hierarquia de fontes e hierarquia de normas – origem e estatuto das “normas fundamentais” na ordem jurídica internacional

5. Em especial, o regime normativo de celebração de convenções internacionais – aspetos fundamentais sobre o Direito dos Tratados
 - 5.1. Direito dos Tratados – fontes
 - 5.2. O nascimento dos tratados
 - 5.2.1. Conclusão dos tratados
 - 5.2.2. As reservas no Direito dos Tratados
 - 5.2.3. Entrada em vigor
 - 5.2.4. Depósito, registo e publicação
 - 5.3. A vida dos tratados
 - 5.3.1. Princípio *pacta sunt servanda*
 - 5.3.2. Tratados e terceiros Estados
 - 5.3.3. Revisão e modificação dos tratados
 - 5.4. A morte dos tratados
 - 5.4.1. Estabilidade e verdade das relações intermediadas por Tratados
 - 5.4.2. Nulidades
 - 5.4.3. Cessação da vigência e suspensão da sua aplicação

6. Em especial, o procedimento de vinculação por convenções internacionais e a Constituição Portuguesa
 - 6.1. Nas Constituições históricas portuguesas
 - 6.2. Na Constituição Portuguesa de 1976
 - 6.2.1. As bases jurídicas de abertura internacional
 - 6.2.2. O problema da distinção material entre tratado e acordo
 - 6.2.3. As quatro fases principais do procedimento interno de vinculação por convenção internacional
 - 6.2.4. O procedimento interno de desvinculação: simetria e

equivalência

- 6.2.5.** Especificidades das convenções internacionais celebradas no quadro da União Europeia

Capítulo 3

NORMAS INTERNACIONAIS E EFICÁCIA NA ORDEM JURÍDICA PORTUGUESA

- 7.** Articulação entre Direito Internacional e Direito Interno
- 7.1.** Construções doutrinárias clássicas e modelos jurídico-constitucionais
- 7.1.1.** Monismo com primado do Direito Interno
- 7.1.2.** Monismo com primado do Direito Internacional
- 7.2.** Tribunais internacionais e primado do Direito Internacional
- 7.3.** Direito Internacional Público e tribunais nacionais: o efeito direto
- 7.4.** Direito Internacional e Direito Interno: no espaço da internormatividade global
- 8.** A Constituição Portuguesa e a eficácia jurídica das normas internacionais e eurocomunitárias
- 8.1.** A Constituição Portuguesa e a abertura ao Direito Internacional e ao Direito da União Europeia
- 8.2.** Incorporação e eficácia do Direito Internacional e do Direito da União Europeia na ordem jurídica portuguesa
- 8.2.1.** Direito Internacional Geral ou Comum
- 8.2.2.** Direito Internacional Convencional
- 8.2.3.** Direito das Organizações Internacionais
- 8.2.4.** Direito da União Europeia

Capítulo 4

SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL

9. Aspectos gerais

- 9.1. Personalidade jurídica internacional
- 9.2. Capacidade jurídica internacional
- 9.3. Quadro geral dos sujeitos de Direito Internacional
- 9.4. Tipos especiais de subjectividade internacional – em particular, a situação do indivíduo

10. Determinação dos sujeitos e reconhecimento

- 10.1. O ato de reconhecimento – aspectos gerais
- 10.2. O reconhecimento de Estado
- 10.3. O reconhecimento de Governo
- 10.4. O reconhecimento de insurrectos e beligerantes
- 10.5. O reconhecimento de nações e movimentos nacionais
- 10.6. O reconhecimento de Organizações Internacionais

Capítulo 5

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

11. Elementos de uma teoria geral das Organizações Internacionais

- 11.1. Noção
- 11.2. Génese e evolução
- 11.3. Classificações
- 11.4. Atribuições e poderes – em especial, a teoria dos poderes implícitos
- 11.5. Membros
- 11.6. Estrutura institucional
- 11.7. Procedimentos de decisão

12. Principais organizações de que Portugal é membro – em especial, Conselho da Europa e Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

13. A Organização das Nações Unidas (ONU)

13.1. Enquadramento histórico

13.2. A Carta das Nações Unidas – estrutura, valor jurídico, interpretação e processo de revisão

13.3. Os membros

13.4. Os objetivos e princípios conformadores de atuação da ONU

13.5. Os órgãos e a sua competência – o princípio da efetividade institucional

13.6. O valor jurídico das resoluções da ONU

13.7. O domínio reservado dos Estados – conteúdo e sentido atual

13.8. Áreas fundamentais de atuação

13.8.1. Segurança coletiva – em especial, o Capítulo VII da Carta e a prática onusiana

13.8.2. Auto-determinação dos povos

13.8.3. Proteção internacional dos Direitos Humanos

13.8.4. Em especial, proteção das minorias e dos refugiados

PARTE SEGUNDA

A ORDEM JURÍDICA GLOBAL: PROCEDIMENTOS DE TUTELA DOS DIREITOS E DEVERES

Capítulo 6

A PROTEÇÃO INTERNACIONAL E EUROPEIA
DOS DIREITOS HUMANOS

14. Direito Internacional dos Direitos Humanos – fontes de âmbito universal e de âmbito regional

15. A proteção internacional penal

15.1. A noção de crimes internacionais

15.2. As jurisdições penais internacionais

16. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH)

16.1. Génese e evolução

16.2. O sistema jurisdicional de interpretação e de garantia da CEDH

16.3. Portugal e a CEDH

16.4. A CEDH e a adesão da União Europeia – um património europeu comum de direitos fundamentais

BIBLIOGRAFIA

I. Básica

- DUARTE, Maria Luísa – *Direito Internacional Público e ordem jurídica global do século XXI*, Coimbra Editora, 2014.
- MIRANDA, Jorge – *Direito Internacional Público*, 5.^a ed., Cascais, Principia, 2012.

II. Complementar

- BRITO, Wladimir de – *Direito Internacional Público*, 2.^a ed., Coimbra Ed., 2014.

- CAMPOS, João Mota de (coord.) – *Organizações Internacionais*, 4.^a ed., Coimbra Editora, 2010.
- DUARTE, Maria Luísa – *União Europeia e Direitos Fundamentais – no espaço da internormatividade*, Lisboa, AAFDL, 2013.
- GOUVEIA, Jorge Bacelar – *Manual de Direito Internacional Público. Uma perspectiva de língua portuguesa*, 4.^a ed., Coimbra, Almedina, 2013.
- KLABBERS, Jan – *International Law*, Cambridge Univ. Press, 2013.
- MACHADO, Jónatas E. M. – *Direito Internacional. Do paradigma clássico ao pós-11 de Setembro*, 3.^a ed., Coimbra Ed., 2006.
- MARTINS, Ana Maria G. – *Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Coimbra, Almedina, 2006.
- MORAIS, Carlos Blanco de – *Direito Internacional Público. Sumários desenvolvidos*, 2.^a ed., Lisboa, AAFDL, 2012.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

(2014/2015)

Regente: Professora Doutora Maria Luísa Duarte

Colaboradores: Professora Doutora Ana Gouveia Martins; Mestre Ana Soares Pinto; Mestre Cecília Anacoreta Correia

Calendarização das aulas práticas

Aprox. 22 aulas práticas

1. Capítulo 1 - (4 aulas)
2. Capítulo 2 - (6 aulas)
3. Capítulo 3 - (3 aulas)
4. Capítulo 4 - (3 aulas)
5. Capítulo 5 - (3 aulas)
6. Capítulo 6 - (3 aulas)

Lisboa, 3 de Setembro de 2014